Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Segunda Câmara

DELIBERAÇÃO AC02 - 4109/2017

PROCESSO TC/MS	**:** TC/2629/2016
PROTOCOLO	**:** 1667866
TIPO DE PROCESSO	**:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ÓRGÃO	**:** MUNICÍPIO DE AMAMBAI
JURISDICIONADO	**:** SERGIO DIOZEBIO BARBOSA
INTERESSADO	**:** PATRICIA SELHORST – EPP E OUTROS.
RELATOR	**:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

EMENTA: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES – FORMALIZAÇÃO – REQUISITOS LEGAIS – OBSERVÂNCIA – REGULARIDADE.

É regular o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial e a formalização de ata de registro de preços que se desenvolvem de acordo com as prescrições legais e regulamentares.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 7ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, de 25 de abril de 2017, ACORDAM os Senhores Conselheiros por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em declarar regular o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial nº 116/2015, e a formalização da Ata de Registro de Preços nº 23/2016, celebrada entre o Município de Amambai – MS, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, por seu Prefeito, Sr. Sergio Diozébio Barbosa e as empresas adjudicadas: Patricia Selhorst – EPP, Capilé Comércio e Tecnologia Ltda – EPP, Lindalva Martins dos Santos & Cia Ltda – ME, Fernando Espindola – ME, VI Máquinas e Equipamentos Ltda – ME, MS refrigeração Eireli – ME e DF Silvestre e Equipamentos e Móveis Planejados – ME.

Campo Grande, 25 de abril de 2017.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** - Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 116/2015 (1ª fase) e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 23/2016 (1ª fase), celebrada entre o Município de Amambai, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, e as empresas adjudicadas: Patricia Selhorst – EPP; Capilé Comércio e Tecnologia Ltda – EPP; Lindalva Martins dos Santos & Cia Ltda – ME; Fernando Espindola – ME; VI Máquinas e Equipamentos Ltda – ME; MS refrigeração Eireli – ME e DF Silvestre e Equipamentos e Móveis Planejados - ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Sérgio Diozébio Barbosa, prefeito municipal, à época.

O objeto da licitação é o registro de preços para eventual e futura aquisição de material permanente (móveis, eletrodomésticos e outros), cujos valores por item constam do anexo.

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 8879/2016, entendendo pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização da ata de registro de preços.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – MPC – GAB. 5 DR. JOAOMJR n. 11558/2016, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório: 1ª fase, com fulcro no Anexo I, Capítulo III, Seção I, Item 1.1.1., “B”, da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, c/c o art. 120, I, “a”, do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, e a documentação relativa à formalização da ata (1ª fase), conforme preconiza o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações e dos Contratos.

A ata de registro de preços foi pactuada em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

A documentação foi protocolada tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo o prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

DISPOSITIVO

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e voto:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 116/2015 (1ª fase), celebrada entre o Município de Amambai/MS por intermédio do Fundo Municipal de Saúde e as empresas

adjudicadas: Patricia Selhorst – EPP; Capilé Comércio e Tecnologia Ltda – EPP; Lindalva Martins dos Santos & Cia Ltda – ME; Fernando Espindola – ME; VI Máquinas e Equipamentos Ltda – ME; MS refrigeração Eireli – ME e DF Silvestre e Equipamentos e Móveis Planejados - ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Sérgio Diozébio Barbosa, prefeito municipal, à época, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a", do RITC/MS;

2. pela **legalidade e regularidade** da formalização da Ata de Registro de Preços n. 23/2016 (1ª fase), consoante dispõe o art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a" segunda parte, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS;

4. pela **remessa** dos autos à 4ª ICE para subsidiar as contratações dela decorrentes.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Conselheiro Relator, regular o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial e a formalização da ata de registro de preços.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo.

Tomaram parte no julgamento a Exma. Sra. Conselheira Marisa Joaquina Monteiro Serrano e Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Presente o Exmo. Sr. José Aêdo Camilo, Procurador de Contas.

Campo Grande, 25 de abril de 2017.

Conselheiro **OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

Relator

GAB. DNCS
SETAC. VAB/ARP